

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

24 a 30 de Maio de 1992 Nº39

ANGOLA: O retorno de Nzau Puna e Tony Fernandes

Os dois "dissidentes" da UNITA afirmaram em Lisboa que voltariam à Luanda no fim do mês de maio. A estratégia de ambos aponta inicialmente para a tentativa de mobilizar a atenção internacional para esta viagem. Isto exerceria uma forte pressão sobre Savimbi, a fim de que este aprovasse o reingresso dos dois "dissidentes", como forma de demonstrar a anunciada democratização porque passa a UNITA. Todavia, a idéia de formação de uma "tendência democrática", como foi intitulada pelos próprios "dissidentes", parece algo extremamente difícil neste período pré-eleitoral. É importante frisarmos que o caso da UNITA é totalmente diverso do caso da "grande família do MPLA". As discordâncias entre esse último grupo, além de terem ocorrido há algum tempo, eram ligadas basicamente ao campo da estratégia de atuação. O mesmo não ocorre com a UNITA onde a saída de Nzau Puna e Tony Fernandes ocorreu de forma muito violenta e num curto espaço de tempo, o que inviabiliza a união para enfrentar o embate eleitoral que se aproxima. Acrescentemos a tais fatos o porque da saída de Puna e Fernandes: a liderança altamente personalista de Jonas Savimbi no interior da UNITA.

No entanto, Nzau Puna e Tony Fernandes contam, provavelmente, com um plano mais audacioso de atuação, pois sabem da impossibilidade de serem ouvidos, ou até mesmo reintegrados à UNITA. Esta segunda parte da estratégia de ambos passaria, indubitavelmente, pela associação a um dos grupos que atuam na área dos partidos emergentes, provavelmente, ao Fórum Democrático Angolano (FDA), composto basicamente por jovens dissidentes da UNITA. Alguns observadores internacionais afirmam que o FDA é financiado pelo MPLA e que desta forma este caminho dos dois "dissidentes" não seria surpresa, já que a fuga de ambos teria sido facilitada pelas autoridades

NESTA EDIÇÃO:

Lobby africano do Partido socialista
p. 01

FIDE planejou assassinato de Holden
Roberto
p.04

Nino Vieira inicia diálogo com a oposição guineense
p.07

N.C. Massingue escreve sobre as crises institucionais de São Tomé e Cabo Verde
p.08

O Sindicalismo na área da Educação em Moçambique e no Brasil
p.12

des governamentais. Nzau Puna e Fernandes constituem-se em trunfos eleitorais que dificilmente o MPLA deixará de cultivar. Além da séria crise que eles implantaram na UNITA, os dois possuem um ótimo trânsito nas lideranças do movimento de independência em Cabinda. (pp. 03 e 05)

MOÇAMBIQUE: Cohen parece ter tido sucesso em convencer Dhlakama acerca do cessar-fogo.

Os Estados Unidos deverão fazer parte, formalmente, das negociações de paz moçambicanas, na posição de observadores oficiais. O Secretário de Estado Adjunto para Assuntos africanos, Herman Cohen, encontrou-se com o líder da Renamo Afonso Dhlakama em Lilongue, capital do Malavi, no dia 25 de abril. O presidente moçambicano Joaquim Chissano considerou "muito importante" este encontro, posto que nele aparentemente Cohen obteve sucesso em mostrar a Dhlakama

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

a necessidade do início da discussão sobre temas militares — especialmente o cessar-fogo — até agora postergados pela Renamo. David B. Ottaway, em artigo no Washington Post reproduzido pelo Público, destaca o fato de Chissano e outros observadores creditarem à terrível seca que assola a África Austral um decisivo papel na decisão da Renamo em inaugurar uma nova fase no diálogo que pode (e precisa) por fim à guerra em Moçambique.

Neste interim, foi anunciado um possível encontro entre Chissano e Dhlakama, em Lisboa, sob os auspícios de Durão Barroso, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, que realizar-se-ia no mês de junho fora, portanto, das negociações de Roma, patrocinadas pela Comunidade de Santo Egidio e pelo governo italiano. (p. 11)

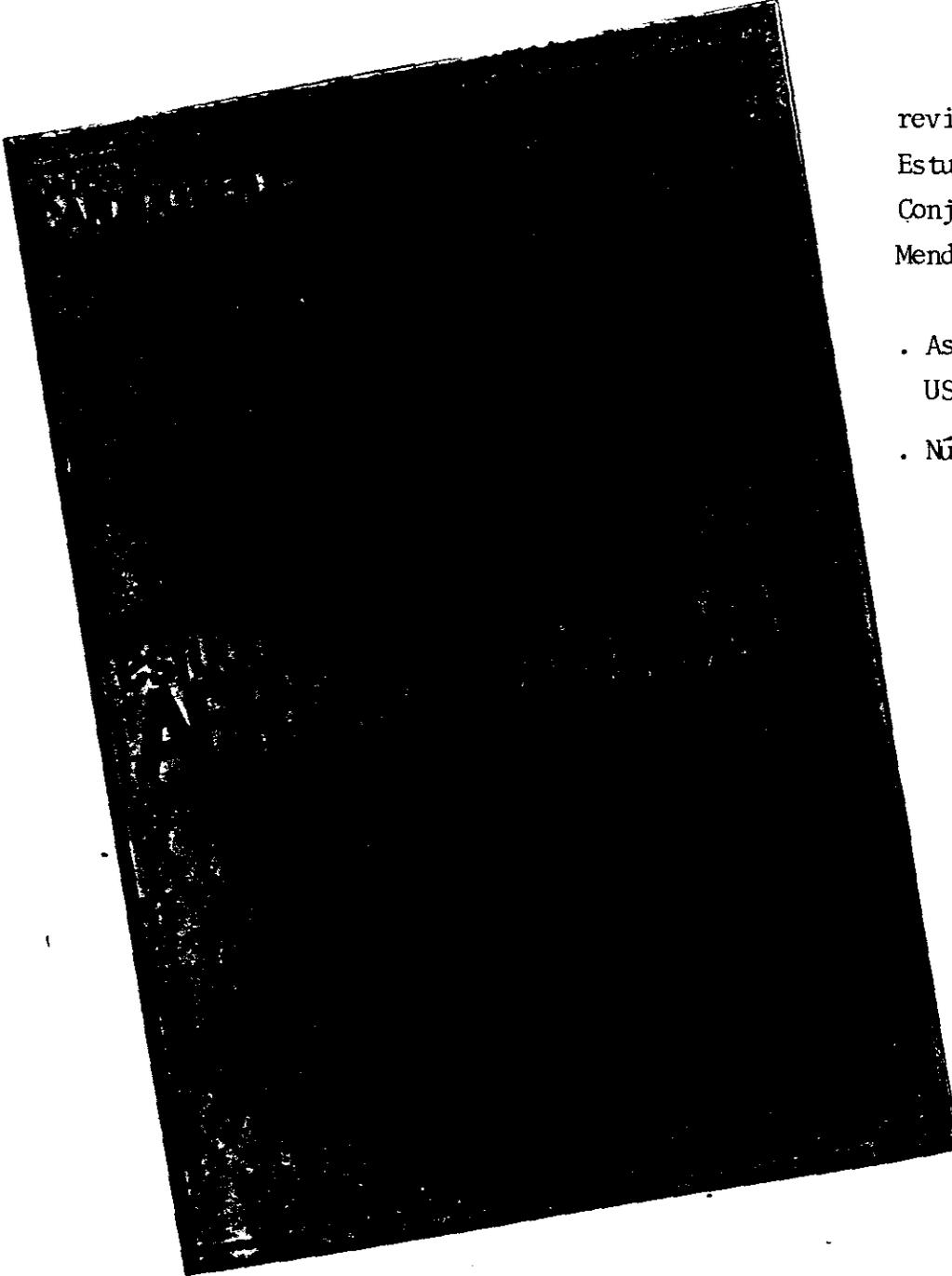
PORTUGAL/PALOP: as relações de cooperação e política adquirem novas orientações.

As recentes mudanças nas relações internacionais estão valorizando não só a primazia do mercado, como também a exigência de que os países devam sus-

tentar-se sobre sistemas democráticos. A Comunidade Européia (CE) e os seus Estados-membros estão agora condicionando a cooperação para o desenvolvimento ao respeito pelos direitos humanos e pelos valores democráticos. O não cumprimento desses princípios poderá ocasionar a suspensão dos auxílios destinados ao desenvolvimento.

No plano político, neste último final de semana, em Dakar (Senegal), está programada uma reunião com os representantes de 60 partidos políticos africanos, todos considerados "próximos" da Internacional Socialista. O encontro, sob a presidência do Partido Socialista português, é organizado pelo "Comitê África" da IS, cuja convocação tem o objetivo de debater a problemática da transição para a democracia e a salvaguarda dos direitos humanos em África. A investida da IS visa aumentar a sua influência no continente negro.

Os cinco PALOP estarão representados pelo MPLA, Frelimo, PAIGC, MLSTP e pelo Movimento para a Democracia (de Cabo Verde). Serão discutidas questões como o do empobrecimento, da explosão demográfica e a problemática do meio ambiente para aquele continente. (p. 1 e 2)



revista semestral do Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA, do Conjunto Universitário Candido Mendes.

. Assinatura anual - US\$ 60.00 ou US\$ 15.00 (correio aéreo).

. Número avulso

O 'lobby' africano do PS

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, António Guterres, vai presidir no próximo fim-de-semana, em Dakar, capital do Senegal, a uma reunião de representantes de 60 partidos africanos, politicamente considerados como «próximos» da Internacional Socialista. Convocado para debater a problemática da transição para a democracia em África, o encontro é a tentativa de criação de um «lobby» político, liderado pela Internacional Socialista, agora decididamente apostada no alargamento da sua influência no continente negro.

Presença garantida do Inco PALOP

O encontro é organizado pelo «Comité África» da Internacional Socialista, presidido por António Guterres e Abdou Diouf, secretário-geral do Partido Socialista do Senegal, que com ele partilhará a presidência da reunião. O secretário das Relações Internacionais do PS, José Lamego, será — a par de Guterres — o único europeu a assistir ao encontro.

Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa estarão representados pelo MPLA (Angola), Frelimo (Moçambique), PAIGC (Guiné-Bissau), MLSTP (São Tomé e Príncipe) e Movimento para a Democracia (Cabo Verde).

Considerada estrategicamente importante pela Internacional Socialista, a tentativa de criação do «lobby» africano ficará a marcar o início da presidência de Pierre Mauroy, que em 14 de Setembro, no Congresso de Berlim, irá substituir o antigo chanceler alemão Willy Brandt, há 16 anos à frente da organização. Brandt fez do estreitamento das relações com os partidos latino-americanos o fundamental da sua actuação; Mauroy fará o mesmo, relativamente a África.

Mauroy, que já foi primeiro-ministro da França, será assessorado durante o mandato pela actual primeira-ministra norueguesa, Gro Brundland, especialista em questões do ambiente. A indignação de Brundland para vice-presidente da Internacional Socialista corresponde ao entendimento, maioritário na organização, de que não há neste

momento, no espectro político internacional socialista, ninguém com peso político suficiente para se substituir, sozinho, a Willy Brandt.

A Internacional Socialista prepara-se para criar, no Congresso agendado para Berlim, um novo estatuto — o de Observador — para o qual serão potenciais candidatos todos os partidos presentes. Actualmente, a organização só admite a inscrição de partidos como membros e associados. A inovação permitirá à organização a criação de níveis de relacionamento, susceptíveis — de acordo com o plano previamente traçado — de a tornar a «força motora» do processo de democratização em África.

Guterres de olhos postos na ECO-92

A intervenção política de Guterres na reunião de Dakar visará não apenas a salvaguarda dos Direitos Humanos e a transição para a democracia (com exemplos do 25 de Abril) mas, sobretudo, a criação de uma força de pressão africana. Questões como o empobrecimento do continente africano, a explosão demográfica e a problemática do Ambiente servirão de pretexto às propostas de unidade.

A previsão de fracasso que rodeia a Conferência Mundial sobre o Ambiente — ECO-92 — que a 1 de Junho se inicia no Rio de Janeiro, será utilizada para Guterres chamar a atenção dos países pobres para a necessidade de exigirem dos países industrializados apoios no combate à desertificação e ajudas para a conservação das fontes de água.

O encontro com os representantes dos 60 partidos africanos será antecedido de outro, nos dias 28 e 29, que reunirá intelectuais e responsáveis políticos, europeus e africanos, sob a presidência de Pierre Mauroy. Esse «meeting», em cuja organização participa a Fundação para as Relações Internacionais de Portugal, e o respectivo presidente, Marques da Costa, terá também a participação de António Guterres e José Lamego. A iniciativa é da Fundação Jean Jaurès, presidida pelo próprio Mauroy.

O.R.

Durão Barroso na reunião ACP-CE

Cooperação só com Direitos Humanos

A LIGAÇÃO entre a cooperação para o desenvolvimento e o respeito pelos Direitos Humanos e pelos valores democráticos foi mais uma vez referida por Durão Barroso, actual presidente do Conselho de Ministros do Desenvolvimento, que ontem representou a presidência portuguesa da CE na abertura da 17ª sessão da reunião ministerial ACP-CE (África, Caraíbas e Pacífico-Comunidade Europeia).

«A Comunidade e os seus Estados-membros atribuem uma grande importância ao respeito, à promoção e à salvaguarda dos Direitos Humanos como um factor essencial nas relações internacionais», disse o secretário de Estado português, que definiu como «importantíssima» a resolução sobre Direitos Humanos, a Democracia e a Cooperação para o Desenvolvimento, adoptada pelos Doze em Novembro último, ainda sob presidência holandesa.

Embora tenha ressalvado que a resolução — cuja aplicação prática está neste momento em discussão — «dá prioridade a uma abordagem positiva», traduzida no apoio aos processos de democratização, Durão Barroso não deixou de afirmar que «graves violações dos Direitos Humanos ou graves ruptu-

ras nos processos de democratização» poderão levar à «suspensão do auxílio aos Estados implicados».

Esta reunião, que se prolonga pelo dia de hoje, é o primeiro encontro ACP-CE desde que, há cerca de um ano, entrou em vigor da IV Convenção de Lomé, que regula as relações de cooperação entre a Europa Comunitária e os países da África, Caraíbas e Pacífico.

Os PALOP, recentemente integrados num subgrupo regional no âmbito desta Convenção, mereceram uma referência implícita no discurso do secretário de Estado português, que falou nas «relações privilegiadas» do país que hoje detém a presidência do Conselho da CE com alguns dos países ACP e afirmou que Portugal se sente «especialmente envolvido na causa comum ACP-CE». ■ J.T.M.

África em debate

SÁBADO, 23 MAIO 1992

OS ESTUDOS AFRICANOS são o tema das jornadas universitárias que, segunda e terça-feira da próxima semana, se realizam no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II, em Lisboa, em homenagem ao escritor Manuel Ferreira, um divulgador das literaturas de expressão portuguesa falecido este ano.

Nas jornadas, em que participam mais de duas dezenas de oradores, estarão em foco, entre outros, assuntos como a antropologia e a literatura. A organização do encontro pertence ao mestrado de Literatura e Cultura dos PALOP — países africanos de língua oficial portuguesa — da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. ■

Adeus à cooperação com África

UM DESPACHO do Conselho de Gerência da RTP, ontem publicado em "ordem de serviço", determina "a transferência para a RTP-Internacional de todos os trabalhadores que, na actual estrutura de Direcção de Cooperação e Relações Internacionais, integram o Serviço de Televisões de Língua Portuguesa", soube o PÚBLICO.

Este serviço constituía o núcleo duro que assegurava a cooperação com as televisões dos países africanos de língua oficial portuguesa. O despacho, número 2/92 datado de 18 de Maio, acrescenta que "as medidas agora tomadas serão oportunamente complementadas com a revisão das actuais atribuições da Direcção de Cooperação e Relações Internacionais, presentemente em estudo".

A decisão do Conselho de Gerência da RTP aponta para o desmantelamento de um serviço em que Carlos Pinto Coelho trabalhou nos últimos três anos e foi conhecida poucos dias depois deste profissional ter anunciado a sua transferência, em regime de requisição, para a RDP, como assessor de Soares Louro, por quem foi convidado.

Contactado por o PÚBLICO na Direcção de Cooperação e Relações Internacionais da RTP, onde se mantém até à chegada do pedido formal de requisição da RDP, Carlos Pinto Coelho escusou-se a comentar o conteúdo do despacho do Conselho de Gerência da televisão estatal.

Confirmou, apenas, a sua saída para a RDP e desmentiu ter sido convidado ou estar nos seus horizontes o cargo de director de Informação da TVI, projecto televisivo ligado a sectores da Igreja Católica. "Eu não saio desta casa zangado", disse. "Saio

com outro projecto que me apa-receu pela frente, que considero aliciante nesta fase da minha vida. Vou dedicar-me por inteiro à Radiodifusão Portuguesa".

Numa primeira fase, que se iniciará em Junho, Carlos Pinto Coelho vai "fazer os possíveis e os impossíveis por fazer subir as audiências da Rádio Comercial", preparando-a para a privatização, que se deverá consumir até ao final do ano. Depois, empenhar-se-á "noutro projecto de João Soares Louro", do qual considera prematuro divulgar os contornos. Na Comercial, Carlos Pinto Coelho animará, entre as 7h00 e as 10h00, o programa "Manhã dos dias, manhã de gente".

As emissões diárias via satélite da RTP-Internacional iniciar-se-ão no próximo dia 10 de Junho para a Europa, países africanos de língua oficial portuguesa e Ásia. O gestor do projecto é Afonso Rato. A nomeação deste profissional da RTP e o processo de centralização — por alguns classificado como de "transformação de um projecto de cooperação num projecto de negócios" —, decididas por José Eduardo Moniz, estão na base da saída de Carlos Pinto Coelho para a RDP. "Sai muito triste, porque andou três anos a trabalhar num projecto que não vai gerir", asseguraram pessoas que lhe são próximas. "Não saio desta casa zangado", declara o próprio. ■ D.L.R.

UCCLA procura nova estratégia

Um virar de página na cooperação

LISBOA, QUE em 1994 será já Capital Europeia da Cultura e Capital Ibero-Americana de Cultura, passará a ter mais uma responsabilidade: a de ser Capital Lusófona da Cultura, uma iniciativa aprovada na Assembleia Geral da UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas) no primeiro dia de trabalhos do encontro, que decorreu na cidade da Praia, em Cabo Verde.

A proposta, apresentada por Jorge Sampaio, presidente executivo da UCCLA, institucionalizou a nomeação anual de cada uma das sete cidades membros efectivos da organização como Capital Lusófona da Cultura e prevê já a coincidência com os eventos que em 1994 estão previstos para Lisboa, cidade que será a primeira a albergar esta iniciativa, já que a nomeação deve ocorrer sempre dois anos antes das acções a empreender.

Esta foi uma das poucas propostas de acções concretas e traduzíveis a médio prazo a desenvolver pela UCCLA, que no primeiro dia de trabalhos da Assembleia se defrontou com a necessidade de procurar uma nova estratégia para a cooperação entre as cidades capitais de língua portuguesa.

No encontro, em que participaram representantes das câmaras municipais de Bissau, Cacheu, Guimarães, Ilhas de Macau, Lisboa, Luanda e Maputo, os sete fundadores da UCCLA, e ainda de empresas apoiantes da organização — Petrogal, Partex, EPAL, IPE, Banco de Fomento Exterior e Totta & Açores, EPUL, CTT, Caixa Geral de Depósitos, Instituto de Soldadura e Qualidade e Fnacgeste, entre as portuguesas, e também Air Bissau (Guiné), Grucar (Guiné), Empresa de Aeroportos de Moçambique e Empresa Agro-Industrial Justino Lopes, de Cabo Verde —, registou-se um consenso em torno da proposta de Jorge Sampaio.

Foi este consenso, aliás, que permitiu a Sampaio, no fim do primeiro dia do encontro, salientar a "tomada de consciência colectiva de necessidade de um virar de página na estratégia da cooperação". O presidente da UCCLA viu

assim vingar o apelo que dirigira ao plenário, tal como as propostas que apresentou, entre elas a da designação de Díli como membro honorário da organização. Sobre esta iniciativa, que embora em termos de cooperação directa apenas tenha valor simbólico, Jorge Sampaio destacou o facto de com ela se ter "testado" no seio da UCCLA "a coesão política dos grandes princípios", já que todas as cidades membros subscreveram a proposta.

Quanto à nova estratégia a adoptar pela UCCLA, a Assembleia Geral nomeou duas comissões, integradas por representantes de empresas apoiantes, para estudar a postura a ter na cooperação que, para Sampaio, terá "ser mais criativa e ágil". Assim, a Partex, o IPE, e a EPAL deverão apresentar, no prazo de 60 dias, um documento de apoio do desenvolvimento da estratégia da UCCLA, enquanto a Fnacgeste ficará encarregada de estudar as formas de cooperação na área da cultura e da ciência.

Mas, apesar de este primeiro dia de trabalho ter corrido bem a Jorge Sampaio, como presidente do executivo ele teve de enfrentar alguns obstáculos no decorrer do plenário, como aconteceu quando o Plano de Actividades para 1992 que apresentou para a UCCLA suscitou críticas, como as que foram feitas por Nuno Cruz Abecasis, presidente honorário da União, que considerou insuficientes as acções previstas, não sustentando os altos objectivos propostos quanto a uma nova maneira de olhar para a cooperação entre as cidades capitais.

Outro embaraço surgiu quando o representante da Câmara de Bissau se dirigiu ao plenário para pedir "uma orientação financeira" quanto aos pagamentos a efectuar nas deslocações feitas pelos membros que, como ele, devem representar a UCCLA. Esta foi uma questão que Sampaio considerou desloca e que não deve ser tratada na Assembleia Geral, remetendo-a para outros órgãos de instituição. ■

Fernanda Ribeiro
na cidade da Praia

Angola: recensear a todo o vapor

EXPRESSION, SÁBADO 22 DE MAIO DE 1962

Gustavo Costa
em LUANDA

ENTRE a esperança e a incerteza, o anúncio esta semana, da impossibilidade de a formação das futuras forças armadas angolanas (FAA) estar concluída antes das eleições suscita reservas em dezenas de milhares de angolanos, que começaram quarta-feira a acorrer aos postos de recenseamento eleitoral. Apesar do esforço no sentido de desdramatizar a situação, o atraso verificado na constituição das FAA e o arrastar do processo de acantonamento das tropas não deixam de ser vistos como perigosos focos de prolongamento da existência dos exércitos do MPLA e da UNITA.

O descontrolo a que milhares de efectivos do exército governamental e das FALA estão votados e a situação de crescente insegurança nas cidades acaba por contribuir para o florescimento de uma onda de apreensão no seio da comunidade civil, que poderá condicionar a adesão de mais de 4 milhões de potenciais eleitores ao recenseamento e, portanto, às urnas.

Mas os problemas de recenseamento não se colocam apenas a este nível. O processo levanta também algumas reservas devido às enormes dificuldades nos domínios da logística, transportes e comunicações. «O problema», disse ao EXPRESSO uma fonte do conselho nacional eleitoral, «não é apenas o das dezenas de pontes destruídas ou de milhares de quilómetros minados. A controversa questão da extensão da administração do Estado, mergulhada em declarações contraditórias dos co-sinatários dos acordos de paz, continuará a ser uma dor de cabeça para o recenseamento».

Acentuam-se os receios de que o recenseamento não seja possível em todo o território, uma vez que as vias que estão a ser desminadas não ficarão completamente limpas dentro de dois meses, data em que deverá terminar o recenseamento. Apesar do optimismo de alguns círculos oficiais, não é certo que os meios materiais e os veículos terrestres disponibilizados pelo Governo sejam suficientes para cobrir a operação.

Verbas poderão ser insuficientes

Os 30 milhões de dólares previstos para assegurar toda a máquina técnica e a movimentação de 5 mil pessoas ligadas ao recenseamento

parecem ser insuficientes, tanto mais que o ministro da Administração do Território, Paulo Kassoma, já se refere à ajuda internacional suplementar a esta verba. São cada vez maiores as dificuldades de aquisição de 15 aeronaves que garantam a intercomunicação de todas as províncias do país durante os 72 dias de recenseamento. Os números poderão vir a atingir as 84 máquinas na época das eleições e o Governo apelou já ao auxílio internacional, com vista a serem adquiridas a título devolutivo algumas aeronaves.

E, em alguns circuitos, cresce o temor de que as verbas do apoio ao recenseamento venham a ser insuficientes. Até ao momento, apenas dois países europeus — a Alemanha e a França — garantiram apoio.

Perante a exiguidade dos meios audio-visuais que sustentam uma campanha de educação cívica, as organizações não-governamentais sugeriram ao Governo o recurso a telas e projectores espalhados pelos bairros e zonas rurais para exibição de filmes sobre as experiências eleitorais análogas na Namíbia e Nicarágua, para «desmistificar» o receio de votar que o conflito armado infundiu aos angolanos.

A desarticulação durante o período de guerra de todas as estruturas administrativas está, por outro lado, a determinar a adopção de uma filosofia simplificada de recenseamento. Segundo alguns analistas, perante o mosaico espartilhado de milhares de angolanos sem identificação completa, refugiados e deslocados, seria impossível realizar a operação.

A condescendência impera, assim, de forma a que, desde o bilhete de identidade actualizado ou caducado, passando pela carta de condução, cartão de refugiado do HCR até ao passaporte de disponibilidade militar, o maior número possível de angolanos a partir dos 18 anos, possa recensear-se.

O conselho nacional eleitoral foi, entretanto, obrigado a ir mais longe e está a certificar o registo com certidões de nascimento, cédulas pessoais e até certidões de autoridades tradicionais e religiosas reconhecidas pelo Estado. Um perito angolano em questões de identificação civil justificou esta opção argumentando que «a existência de milhares de bilhetes de identidade falsos e de cartas de condução sem assentamento legal nos arquivos e a infuncionalidade de muitas conservatórias obrigam a que o processo seja maleável e até generoso».

PLÁGIO

QUINTA-FEIRA 21 MAIO 1962

'Volta a sorrir Angola'

JOSÉ EDUARDO dos Santos foi ontem, simbolicamente, o primeiro angolano a preencher a ficha de registo de cidadão eleitor. «Como cidadão vou exercer um direito que a Constituição me confere», disse o Presidente sob uma bateria de fotógrafos. «É um momento excepcional; causa não apenas emoção mas alegria», acrescentou, enquanto uma «Polaroid» registava o primeiro rosto de Angola.

Para além do cidadão Santos — número 0823501 — milhares de outros angolanos começaram ontem a ser registados em cinco províncias do país. A operação, a cargo de uma empresa britânica e titulada «Volta a sorrir, Angola», estender-se-á às restantes circunscrições da estrutura administrativa do Estado até ao dia 26.

Quatro a 6,5 milhões de angolanos deverão ser registados nos próximos 60 dias. A tarefa é encarada com optimismo pelo presidente do Conselho Nacional Eleitoral, juiz António Caetano de Sousa, segundo o qual o levantamento, uma vez concluído, permitirá pensar nas «manobras» necessárias para a solução das «dificuldades». Uma delas resulta do facto das zonas ainda sob o controlo da UNITA não estarem ainda integradas na estrutura administrativa. «Este é um dos problemas que esperamos ver resolvidos nos próximos 30 dias».

Luanda, potencialmente com dois milhões de eleitores, será servida por 200 equipas, com um total de mil pessoas envolvidas e um orçamento de 200 milhões de cuanzas (cerca de 20 mil contos). O «arranque» na capital começou pelos municípios de Maianga, Samba e Cacuaco. Mil e quatrocentas brigadas abrangerão todo o território.

O «Jornal de Angola» considerou entretanto que seria «um milagre» a constituição de um Exército único (20 mil homens do MPLA e da UNITA) antes das eleições de 29 e 30 de Setembro. «A fundação das Forças Armadas angolanas não tem evoluído em sincronia com o acantonamento, desarmamento e integração na vida civil dos soldados passados à situação de disponibilidade», diz o articulista, citando fontes da Comissão Conjunta Político-Militar. ■

PIDE planeou assassinio de Holden

O ASSASSÍNIO de Holden Roberto, o líder histórico da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e, à data, principal inimigo do colonialismo português, foi planeado, em 1965, pelas autoridades portuguesas — revelou ao EXPRESSO o inspector da ex-PIDE/DGS, António Bernardo. Conhecedor dos meandros do plano, Bernardo era, à época, chefe da polícia política em Nôqui, Nordeste de Angola, o mais importante palco de guerra na colónia. De acordo com o relato daquele agente (a quem o Governo concedeu recentemente uma polémica pensão), o atentado seria consumado através da deflagração de um engenho explosivo no interior de um gravador de som, que conteria uma mensagem alegadamente de extrema importância para a organização. Este

plano acabaria por ser abandonado, devido ao facto de Lisboa ter compreendido que a morte de Holden apoiada por Washington poderia ter consequências desastrosas. No entanto, nos meses seguintes, Lisboa inspirou uma incursão armada à sede da FNLA, no centro de Kinshasa (Zaire), com o objectivo de derrubar Holden e substituí-lo por Alexandre Tati, o número três da FNLA, comprometido com as autoridades coloniais.

Estas duas iniciativas seriam, anos depois, reeditadas nas outras colónias em guerra. Em 1969, o fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane, morreu devido à explosão de uma carta-bomba, aparentemente enviada pela PIDE para o seu quartel-general, na Tanzânia. E, em 1973, um comando chefiado por Alpoim

Calvão atacou a sede do PAIGC, em Conacri, com o intuito de assassinar Amílcar Cabral.

Holden, que foi um dos subscritores dos acordos de Alvor, em Janeiro de 1975, mantém-se na liderança da FNLA, a organização que sucedeu à UPA, responsável pelo início da luta armada, e que ontem foi legalizada em Luanda como partido

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE MAIO DE 1992

«Como salvei Holden Roberto»

KINSHASA, 1965. À saída da representação diplomática de Portugal na capital do Zaire, António Bernardo é abordado por um indivíduo que afirma ter uma enorme premência em falar com ele. «Era um português, branco, de que já não recordo o nome — mesmo que o soubesse, não diria...» O chefe do posto da PIDE em Nôqui segue-o até uma esplanada do centro da capital zairense e é posto ao corrente de um plano para atentar contra a vida de Holden Roberto, ex-presidente do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), líder incontestado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e, à data, o principal inimigo do colonialismo português.

Não era a primeira vez que a vida de Holden Roberto corria perigo. No ano anterior, um comando da organização de extrema-direita francesa OAS, «a mando não se sabe de quem», tentara, sem êxito, eliminá-lo. A iniciativa, agora, partia de Portugal. «Nunca soube ao certo quem esteve por detrás disto. A PIDE de Luanda? Se fosse ela, seria natural que eu estivesse ao corrente. Os militares? Não creio. O mais provável é que o mentor se encontrasse em Lisboa.»

Mais do que saber a opinião do agente da PIDE, o objectivo da abordagem era obter a sua colaboração. «Pedi-me para o acompanhar a uma reunião, com um grupo que se opunha ao Holden. O encontro foi na casa do líder desse grupo, no centro de Kinshasa, onde se discutiu e preparou o atentado.» A ideia parecia simples: «Colocar um engenho explosivo no interior de um gravador e garantir que seria o próprio Holden a accioná-lo.» (Um esquema idêntico viria a ser utilizado, com êxito, para matar o fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane, apanhado pela explosão de uma carta-bomba no seu quartel-general, no interior da Tanzânia, em Fevereiro de 1969; aparentemente, a autoria do atentado coube à PIDE.)

Holden Roberto vivia habitualmente na capital do Zaire. «Eu conhecia-o. Costumava mandar-lhe, mais ou menos de dois em dois meses, uma embalagem de chouriços e latas de azeite português, que ele apreciava muito.» O intermediário era alguém com acesso directo ao líder guerrilheiro. «O nome? Digo-lhe apenas que era um português que fugira para o Zaire mas que trabalhava para a PIDE.»

Posto ao corrente do plano, António Bernardo ficou furioso. «Vocês estão mas é tontos', gritei para o tipo que me abordara.» Os contactos prolongaram-se por dois dias. «O indivíduo tinha alugado uma casa no centro. Fui lá duas vezes. Consegui que ele suspendesse a operação por uns tempos, até eu receber novas ordens.» Entretanto, apanhou em Kinshasa o primeiro avião comercial para Luanda, via Maquela. Chegado ao aeroporto, dirigiu-se num ápice à sede da PIDE. «Fui directo ao meu chefe, o São José Lopes, que não estava a par de nada. Só falei com ele, mas sei que o governador-geral da província, o general Silvério Marques, foi posto ao corrente da minha iniciativa.»

Ao responsável máximo da PIDE em Angola, António Bernardo repetiu o que declarara ao indivíduo que o tentara aliciar no Zaire. «Politicamente, o atentado seria uma enorme asneira, que só traria prejuízos. Expliquei-lhes que o Holden era um líder com muita implantação em todo o Nordeste. Que era um ditador, mas que não era comunista, visto ser o homem da confiança dos americanos — e que tinham sido estes quem começara realmente com a guerra em Angola. Ao contrário, os russos apoiavam o MPLA de Agostinho Neto, que não tinha ninguém no Norte.» A morte de Holden Roberto reforçaria a liderança de Agostinho Neto, que deixaria de ter um adversário político e ficaria com mais condições para unificar as forças que combatiam o

colonialismo português. «A divisão dos terroristas em três ou quatro movimentos era-nos mais útil.»

António Bernardo garante que não concordava com o atentado contra Holden Roberto e muito menos com o sistema idealizado. «Para que é que era preciso uma bomba? Para o matar, bastaria deitar veneno nas latas de azeite que eu lhe enviava regularmente. Dei essa sugestão, mas disse sempre que me recusaria a fazê-lo. Era um disparate!» A sua tese vingou: a ideia do atentado foi abandonada. «Talvez o Holden não sabia, mas em certa medida salvei-lhe a vida. Quanto ao tipo que me contactou junto à embaixada, nunca mais o vi.»

Mais tarde, quando de uma nova tentativa para eliminar o líder da FNLA, as opiniões de António Bernardo não seriam levadas em conta. «Eu concordava com o objectivo: substituir o Holden pelo Alexandre Tati, que eu na altura controlava. Mas achava que era possível fazê-lo de uma forma 'pacífica', organizando um rapto ou um sequestro.» Ao invés, os responsáveis pela operação, «que foi apoiada, na sombra, pela nossa embaixada no Zaire», optaram por uma autêntica incursão armada ao quartel-general da FNLA, no centro de Kinshasa — «à qual assisti num local discreto». Houve tiroteio entre os assaltantes e os fiéis de Holden Roberto, instalações incendiadas, vários feridos e um morto, «por sinal, um dos homens do Tati». Holden Roberto escapou, enquanto Alexandre Tati e os demais golpistas, desmascarados, não tiveram outro remédio senão deixar o Zaire e a FNLA e procurar refúgio em Angola, junto das tropas portuguesas. «Se me tivessem deixado fazer as coisas à minha maneira...»

J.P.C.

“É urgente abrir a Jamba”

Jorge Heitor

Formado com base em dissidentes da UNITA, o Fórum Democrático Angolano afirma-se defensor “intransigente” dos direitos humanos e sublinha a necessidade de se abrir o território da Jamba o mais cedo possível, “para que não morra mais gente”.

O vice-presidente do Fórum Democrático Angolano (FDA), Assis Malaquias, declarou ontem ao PÚBLICO ser “urgente abrir a Jamba”, para que lá não morra mais gente, às ordens do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Malaquias, dirigente de um partido formado à base de dissidentes da UNITA, afirmou-nos que a classe política de Portugal e de outros países deverá sentir “uma certa culpabilidade” por nada ter feito no sentido de evitar a morte de Tito Chingundji, Wilson dos Santos e muitas outras pessoas, apesar de ter sido atempadamente avisada: “Fomos ignorados.”

Segundo aquele político, já desde o fim de 1968 os jovens que iam saindo do movimento de Savimbi vinham a alertar a comunidade internacional para as “enormes atrocidades” que lá se cometiam, sem que até há pouco ninguém lhes desse grande credibilidade.

“Savimbi ordenou a liquidação política de companheiros seus. Houve pessoas queimadas vivas na Jamba, mesmo crianças”, disse Assis Malaquias, que esteve em Lisboa depois de em Washington haver assistido a uma homenagem póstuma a Tito Chingundji e falado com os generais Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna, dissidentes mais recentes.

“Os nossos pais encontravam-se entre os fundadores da UNITA, que foi criada para lutar contra o colonialismo português e depois da independência se tornou alternativa ao MPLA, para travar a intervenção de russos e cubanos. Mas a dada altura começámos a verificar que se era preso e morto no seio da pró-

pria UNITA, o que não podíamos aceitar, dada a nossa educação cristã”, afirmou o vice-presidente do Fórum, ao explicar a génese deste partido, actualmente um dos sete legalizados em Angola e prontos para as eleições gerais de Setembro (legislativas e presidenciais).

Intransigentes

“Somos intransigentes quanto à defesa dos direitos humanos; e se parece que criticamos mais a UNITA do que o MPLA é porque a conhecemos melhor. Crescemos lá e a dada altura verificámos que não era aquilo que nos ensinavam. Os angolanos e o mundo estavam enganados. Os males do MPLA, a sua má gestão, já todos os conhecem; mas os da UNITA não”, acrescentou Assis Malaquias, de 30 anos, que tem um mestrado em Economia tirado numa universidade canadiana.

“Os Estados Unidos já mudaram muito a sua posição em relação a Savimbi. A administração Bush está completamente envergonhada. É de louvar que Tony da Costa Fernandes e N'Zau Puna tenham tido a coragem de sair da Jamba e de denunciar o que lá se passa” — prosseguiu o vice-presidente do Fórum, que na sua conversa com o PÚBLICO estava acompanhado pelo secretário nacional, Manuel Domingos.

“Fomos recebidos no Departamento de Estado, onde abordámos uma série de questões relacionadas com a política angolana e com o papel dos Estados Unidos. Fizemos sentir a necessidade de abrir a Jamba o mais cedo possível”, contou o jovem político, cujo partido tem sido por várias vezes acusado de estar enfeudado ao MPLA, ou pelo menos de ser visto com simpatia pelos actuais dirigentes angolanos.

Interrogado sobre o eventual resultado das eleições que se efectuam dentro de pouco mais de quatro meses, evitou ser preciso: “O jogo ainda não entrou nos momentos decisivos. Há muito que ainda pode acontecer. Pode haver surpresas. A bipolarização não é desejável. Há o elemento do imprevisto...”

Quanto ao candidato presidencial que o FPD poderá apoiar, limitou-se a dizer que “não será Savimbi”.

Fernandes e Puna regressam a Angola

Bill Morris

Os antigos “inimigos” de Savimbi, que o mês passado tinham dito ao mesmo jornal que iriam voltar a Angola antes das eleições, estão já a fazer o malho para apoiar o Lenda dentro das próximas eleições, se à última hora não surgir nenhuma contraindicação.

Os “dissidentes” da UNITA Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna regressam a Luanda no fim deste mês — indicaram ontem ao PÚBLICO amigos daqueles dois generais, naturais da província angolana de Cabinda.

Fernandes e Puna chegaram a Lisboa na passada quinta-feira, vindos dos EUA, onde anunciaram a formação de uma “tendência democrática” no interior da UNITA, cuja liderança pretendem disputar a Jonas Savimbi.

Puna e Fernandes declararam-se membros efectivos da UNITA (“estamos apenas separados dos seus líderes e da direcção”) e exigiram para o dia 30 de Junho a convocação de um congresso extraordinário da UNITA, em Luanda.

Estas ideias foram abordadas em reuniões que Puna e Fernandes mantiveram nas últimas semanas na capital norte-americana, onde deixaram impressões pouco unânimes acerca da credibilidade das alegações que fizeram contra Jonas Savimbi, sobretudo no referente à morte de Tito Chingundji e Wilson dos Santos, e às suas motivações.

Os africanistas do Departamento de Estado creem que Puna e Fernandes estão a contar a verdade, mas “não a verdade toda. Julgamos que nos omitiram muitas coisas”, disse ao PÚBLICO uma fonte da Administração em Washington.

A mesma fonte adiantou que as alegações de violação dos direitos humanos “são graves e preocupantes”, mas sublinhou que as mesmas “não podem deixar perder de vista o objectivo essencial que é a realização das eleições em Setembro, deixando claro a todas as partes que sem um rigoroso respeito pelos direitos humanos o futuro Governo de Angola não poderá ter relações normais com os EUA”.

Aquele elemento da Secretaria de Estado afirmou, por outro lado, que o pedido de convocação do congresso extraordinário da UNITA “não é realista e será incosequente”. Muito embora se tenham negado a afirmá-lo abertamente aos jornalistas, altos funcionários da Administração declararam em conversas privadas estarem persuadidos de que

Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes recebem apoios financeiros do MPLA.

“Mas a questão é muito mais complicada. Voluntariamente ou não, eles transformaram-se em instrumentos de uma guerra política”, disse ao PÚBLICO uma fonte do Departamento de Estado, que prosseguiu: “Partindo do princípio de que chegam a Luanda e não haverá congresso (da UNITA), o que farão depois é importante para avaliarmos as suas intenções”.

No entanto, mau grado a manutenção do cepticismo que saudou a chegada a Washington de Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna, o Departamento de Estado não se encontra de todo disposto a aceitar a versão dos acontecimentos avançada pela UNITA relativamente às circunstâncias da morte de Tito Chingundji e Wilson dos Santos.

Recebidos com cepticismo

O PÚBLICO apurou que quando da sua deslocação a Luanda, em meados de Abril, o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, foi solicitado por Jonas Savimbi a “perflhar” a versão oficial da UNITA para a morte dos seus dois jovens dirigentes. Cohen decidiu não aceitar a sugestão, entre outras razões porque, numa carta enviada em fins de Março ao secretário de Estado James Baker, Jonas Savimbi admitiu ter mentido aos Estados Unidos.

Na opinião de analistas norte-americanos de assuntos angolanos contactados por este jornal, o Departamento de Estado tem presente que a UNITA, no passado, faltou à verdade, e essa é a razão por que nunca mais pode acreditar incondicionalmente em tudo o que ouve do partido de Jonas Savimbi.

Entre os membros do Congresso que ouviram Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes constata-se, de igual modo, uma divisão de opiniões. Fontes do Congresso contactadas pela nossa redacção observam que “houve quem acreditasse em tudo o que eles disseram, e houve quem não acreditasse em nada”. Mas a posição oficial norte-americana, no essencial, não deverá sofrer alterações. O cumprimento do calendário eleitoral é a principal prioridade e qualquer outro assunto terá que esperar até depois de Setembro.

com Jorge Heitor

UMA expectativa descontrolada reinava na sala principal do «banheiro» do posto de comando do Estado-Maior da Frente Leste, na Luena, antiga Vila Luso, na noite de 16 de Maio de 1991. Os últimos fogachos de artilharia tinham caído às 14 horas do dia 15. Fora a última noite da guerra.

Dividida por um tabique, a sala onde estávamos servia simultaneamente de sala de operações e de messe. Do outro lado do tabique ficava o dormitório para os oficiais superiores. Em cima da mesa, duas garrafas de «scotch», vários maços de cigarros e, para delícia do chefe do Estado-Maior da Frente Leste, uma bolsa de tabaco de cachimbo.

Periodicamente, o tenente-coronel Alex, o homem das comunicações vindo expressamente de Luanda para a guerra da Luena, aparecia com uma mensagem de situação. Higinio Carneiro, coronel e chefe de operações do Exército governamental, transferira para a capital do Moxico o seu posto de comando, nestes últimos dias decisivos para a assinatura, a 30 de Maio, dos Acordos do Estoril. De Luanda, o coronel João de Matos — um dos dois actuais comandantes das novas Forças Armadas Angolanas, relata pelos homens da Luena. «Durante todo este mês, o João de Matos nunca falhou um contacto. Foi incansável», explicava o coronel Neco, comandante da frente. Falava-se de tudo da guerra, de nós próprios, contava-se anedotas e dava-se ordens. Do fundo do corredor vinha a ladainha interminável de um operador de rádio que não se calava, transmitindo instruções completamente ininteligíveis.

A meio da noite, um reboamento. «Foi uma mina, não há nada», comentou o coronel Neco. A situação na Luena decidia o futuro dos acordos. Ao fim de 45 dias de cerco, o grosso das tropas dos dois lados tinha-se concentrado na antiga Vila Luso. «Se a guerra parava aqui, então acabava», comentavam todos os oficiais presentes.

DIAS antes, de Saurimo (ex-Henrique de Carvalho), capital da Lunda Sul, saíra para Luena uma coluna de abastecimento, com contentes e meia de viaturas, comandada pelo major Ngola, uma das lendas da guerra civil angolana. A coluna ia entrar na cidade esse manhã. Ao embarcarmos em Saurimo nos helicópteros Mi-17, o nome piloto, o major Clary,

comandante da esquadra de «chibila», advertira que a viagem seria feita em voo rasante para beneficiarmos do factor surpresa e dificultar o tiro. Cansy, preso pela FIDE enquanto estudasse, aos anos 70, era o único sobrevivente do seu curso.

A saída não sabíamos ainda onde iríamos parar. «Conforme a situação, eles indicam-nos à chegada, com um plano branco no chão, e sítio onde haveremos de descer», explicou Cansy — sem acrescentar que na véspera se haviam enganado na localização. Nesse dia o seu «chibila» atingido com quatro tiros de arma ligeira, mesmo junto de Luena. A uma dezena de quilómetros, dois «Sahois» bombardeavam uma posição da UNITA.

Por toda a cidade havia bucos de obuses e trincheiras. Valeu à antiga Vila Luso a sua arquitectura quadrangular, cheia de espaços livres e ruas largas. Na década de 30, a capital do Moxico ficava no Moxico Velho, onde nos últimos dias de guerra a UNITA se instalara. A necessidade de crescimento levou o sr. Oliveirinha, presidente do município, a projectar uma nova cidade: «Como era muito pequeno, os negros começaram a chamar-lhe Oliveirinha, e o nome pegou. Quando projectos a cidade, o único papel que tinha era um caderno quadrangular. Por isso é que a Luena tem aquele ar arrumado», explicou um diplomata português nascido nessa cidade.

OS motivos que levaram a UNITA a concentrar todo aquele poder de fogo em torno da capital do Moxico não são um enigma. Segundo a explicação de um oficial superior das FALA —

forças da UNITA — foi para aliviar uma ofensiva governamental ao longo do caminho-de-ferro de Benguela, em direcção ao Mbanango, a terra natal de Jonas Savimbi. Segundo o Governo, a UNITA queria conquistar uma capital provincial antes de concluir os Acordos de Paz.

Assi como amanhacer não houve disparos. Os civis vieram para a rua. As mulheres foram ao rio e à lenha. Mas entre o que se desenhava como o fim das hostilidades e a assinatura formal dos Acordos havia um espaço de duas semanas que não estava regulamentado.

Cinco jornalistas estavam na Luena quando os últimos tiros soaram e se passou a primeira noite de paz: três portugueses, uma moçambicana e um angolano. Após negociações através do rádio de Paulo Cabalo, o correspondente da

Rádio Nacional de Angola — cuja voz era o único sinal de que a Luena não havia caído — o angolano William Tonet e Luiza Ribeiro, da Luena, pediram atravessar as linhas e passar uma noite junto do general Ben Ben, chefe do Estado-Maior das FALA. A guerra parou para os jornalistas passarem. Assim, cinco observadores independentes testemunhavam dos dois lados o respeito pelos acordos. Dias depois observaríamos as medidas de segurança criadas para o período de transição até 30 de Maio. Foi o encontro na margem do rio Cassande entre Ben Ben, da UNITA, e Higinio Carneiro, pelas FAPLA.

AO cumprimentarem-se pela primeira vez, os olhos dos dois homens manifestavam uma profunda

desconfiança. O encontro começou com mais de uma hora de stress. A sombra de um arbusto, depois de colocada a mesa das conversações de modo a que nenhum dos lados ficasse mais alto que o outro sem com o sol de frente, os jornalistas trocaram impressões com o brigadeiro Canjundo. Servira ao Exército Português nos anos 70. O seu rosto, seco, traduzia o cansaço de quem combate há anos. Dias depois, Canjundo fez detonar uma mina antipessoal. Foi um dos últimos mortos da guerra.

Ao fim de mais de duas horas de reunião, as partes chegaram a acordo quanto às medidas de transição, consignadas em acta lida aos jornalistas.

Apesar da oposição dos seus comandos, os soldados começaram a conviver e, sem jogo

de futebol não autorizado, a UNITA derrotou as FAPLA por uma bola. Assistindo aos encontros entre militares, na mata, dir-se-ia que o processo podia decorrer sem sobresaltos. «Somos militares e líderes com tarefas concretas», comentaram Ben Ben e Higinio Carneiro, depois de uma das sessões de trabalho. Os militares estavam fartos da guerra.

Encurralados num conflito sem saída militar e presos a um acordo de paz, os políticos pareciam ter escolhido a paz como forma de fazer a guerra por outros meios. Os mais pequenos incidentes de rua serviam aos dois lados para se atacarem mutuamente.

A campanha eleitoral entre os dois grandes partidos começou no primeiro dia de paz, o cenário político iria servir para procurar infligir ao ad-

versário a derrota militar imprevista. «Quando os chefes andam à pancada quem se tira é o capitão», disse um angolano.

A O longo de 15 anos de guerra civil, com intervenções sul-africanas, cubanas, soviéticas, norte-americanas e complicitades africanas, a sociedade angolana tornou-se extremamente instável e violenta.

Nos meses que começaram enquanto a surgir o pequeno comércio de rua que não era habitual em Angola, onde as pessoas se concentram nos mercados. «São os zairenses», comentam com algum ressentimento os angolanos, como em Portugal se comentava os retornados; «é que os vossos retornados pelo menos falavam a vossa língua e conheciam o vosso país», contrapõe um angolano mestiço ligado ao MPLA.

Maquela do Zombo, no Norte de Angola, é uma pequena cidade próxima da fronteira com o Zaire, onde as crianças mal falam português, mas conhecem bem o francês. Muitos dizem-se «nascidos em Maquela e refugiados no Zaire». Só que os arquivos estão destruídos. «Nunca Maquela teve tanta gente», comentava com ironia um conhecido escritor angolano desligado há alguns anos da política.

Armas há-as por todo o lado, e com a diluição dos poderes e a falta de preparação da polícia, a criminalidade aumentou dramaticamente. Um fenómeno novo está a acentuar-se em Angola: o racismo. Em 1985 houve um ambiente claramente contra os portugueses, instigado pelo próprio Governo na sua contumaz desatenção com os executivos presidiópticos pelo dr. Mário Soares. O ambiente acabou por desaparecer em pouco tempo e, no ano passado, os portugueses eram bem recebidos nas ruas de Luanda e na província.

Mas nos últimos meses tem-se agravado o sentimento de insegurança não só da comunidade branca estrangeira como da angolana e entre os mestiços. Os próprios negros sentem esse ambiente de hostilidade contra os que têm alguma formação, eventualmente universitária.

A ajuda internacional prometida não surgiu. O desenvolvimento do território não se tem realizado. Tudo continua praticamente por fazer.

Por outro lado, a concentração e acantonamento das tropas nunca se chegou a completar. Ou porque os lugares de acantonamento foram mal escolhidos por um dos lados ou por falta de disciplina do outro, as tropas nunca chegaram, na sua totalidade, a dar entrada nos campos onde se deveriam concentrar. «» para depois serem desmobilizadas. O acantonamento foi administrativamente dado por finto para que fosse possível proceder à desmobilização dos efectivos. Mas os que foram desmobilizados viram-se sem emprego. E o programa comunitário previsto para o auxílio a Angola está atrasado.

Com a falta de alimentos nas áreas de concentração, muitos militares desertaram. Uns foram ter com as famílias, dos outros nada se sabe. «A sorte, por enquanto, é que não existe um líder desses grupos. Estão dispersos e desorganizados e por isso não são um perigo para o processo de paz», comentava a propósito um dos militares portugueses.

NENHUM dos lados pode ser responsabilizado por questões a respeito das quais a comunidade internacional assumiu compromissos que não cumpriu. Mas todos estes factores contribuíram para o sentimento de insegurança dos angolanos. E a síndrome de 1975, quando os três movimentos combatentes nas ruas da capital, volta a estar na ordem do dia.

Os empresários que afirmam a Luanda logo a seguir ao fim da guerra começam a retirar-se. Muitos, em particular representantes de grandes grupos britânicos, procuram negociar com os dois lados, contribuindo ainda mais para a desconfiança entre os políticos.

Na ausência de uma terceira via que se tornasse um factor de equilíbrio, MPLA e UNITA sentem-se à vontade para fazer a sua guerra eleitoral e acusar-se mutuamente de actos de violência, perante um eleitorado que ainda não começou a respirar fundo.

É, numa terra onde o «mujimbo» (boato) é rei e senhor, as acusações, rumores ou simples insinuações postas

a circular não mais do que suficientes para agravar tensões.

Jonas Savimbi está em campanha, e o seu discurso populista, muitas vezes identificado com o mesmo tipo de populismo de Agostinho Neto, tem-lhe valido acusações de xenofobia. Por coincidência, cruzam as provocações a portugueses ou simplesmente a brancos e mestiços.

O Governo acusa a UNITA de desmandos. A UNITA diz-se vítima de uma provocação governamental. Tudo isto quando dois dirigentes do movimento de Savimbi resolvem desertar e fazer acusações graves contra a UNITA. Uma deserção que, segundo fontes europeias, só foi possível com a acumplicidade do Governo.

As praias da Ilha desertificaram-se. Cooperantes e quadros concentram-se na mesma área, evitando as zonas mais isoladas. E muitos quadros enviam as famílias para Portugal.

A UNITA montou segurança especial em torno da residência de Jonas Savimbi; a segurança de José Eduardo dos Santos isolou a estrada do Fungo de Belas — onde o Presidente vive.

Porém, as Forças Armadas de Angola — o novo Exército — continua a ser formado num clima de colaboração entre as duas partes. A «edcálage» entre o comportamento dos militares e dos políticos parece manter-se. Há rumores de que a UNITA tem um exército secreto nas matas. Ninguém o pode confirmar, e os desmentidos da UNITA são insuficientes para fazer face ao «mujimbo». Idênticos rumores correram relativamente às FAPLA.

Os angolanos parece terem descoberto uma nova formulação para Clausewitz: «A política é a forma de fazer a guerra por outros meios.»

E a campanha eleitoral ainda nem começou. ■

As duas primas

AMANHÃ estava fresca. A noite passou sem incidentes e as notícias que chegavam do resto do país eram animadoras. A guerra parecia ter finalmente acabado.

No ar havia uma sensação indefinível. A população da Luena estava na rua. Ao longo da estrada que leva ao rio, sobressaía o colorido das saias das mulheres, de fita às costas e algaridar com água ou feixe de lenha à cabeça.

A nossa esquadra, duas mulheres atravessavam a praça a correr. As palmas das mãos batem uma na outra em sinal de cumprimento. Abraçam-se brevemente. Depois riem e choram ao mesmo tempo. São primas. Viviam uma de cada lado da praça. «Já não nos víamos há um mês. Tinha saudade dela», explica a mais nova e mais faladora.

Com uma camisola de lí vermelha vestida, vai explicando que evitámos uma de cada lado, mas não nos encontrávamos por causa da guerra, e scrivi, mesmo quando diz as coisas mais tristes: «Tinha saudade dela. Nós nunca se via. Ela deixou

falecer bebé. Por isso, eu queria mudar hoje.»

«Não sei quem disse que a guerra acabou. Mas acredita. Agora está bom, uma pessoa pode andar à vontade, quer ir ao rio, pode ir ao rio, pode passear, pode viajar.»

Ao seu lado, com uma camisola escura, a prima mostrava-se mais reservada. Quase não saía de casa, só uma vez, para apenhar ar. Não podia sair por causa da guerra. Hoje vim apenhar ar, pode passear. Agora que isto está normal.

Para as duas primas que viviam tão perto uma da outra, a Luena deixou porém de ser futuro. Uma pretendia ir para o Namibe, e a outra para Luanda. «Escapámos de morrer. Olha aqui, cheis de vidros», diz, apontando a mão e o braço, marcados por estilhaços de vidro. Por isso, queriam «fugir» daquela cidade. Mas, a mais de uma hora de voo de Luanda, com o caminho-de-ferro impedido e sem transportes rodoviários, a mudança, seis meses depois, ainda não tinha sido possível.

PAICV entre conferência e referendo

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE MAIO DE 1992

O LÍDER parlamentar do PAICV, Aristides Lima, defendeu, em brochura recente, editada com o patrocínio da fundação alemã Friedrich Ebert (SPD), a realização de uma conferência nacional não-soberana, para dirimir o conflito sobre a revisão constitucional entre o Governo de Carlos Veiga e o Presidente Mascarenhas Monteiro. Essa proposta contraria, contudo, uma outra de Basílio Ramos, deputado e membro da Comissão Política do PAICV, que preconiza um referendo sobre os poderes presidenciais. A conferência sugerida por Lima envolveria os partidos não representados no Parlamento, outras associações políticas e organizações sociais e religiosas.

Para Aristides Lima, essa seria a forma de o Governo dar cumprimento à declarada intenção de «discutir a proposta de revisão constitucional com a sociedade» e obter «consensos fundamentais» sobre a reforma política do Estado. Mas o líder parlamentar do PAICV não tem ilusões: «O mais provável é que a Constituição venha a ser um produto do MPD, com mais de dois terços dos deputados, o que lhe permite fazer a revisão a seu bel-prazer». Acrescenta, todavia, que tal perspectiva «não honra o país».

Recorde-se que o Presidente se pronunciou contra a redução dos seus poderes, no que é apoiado pelo PAICV, pela UPICV e por sectores do partido no poder, admitindo-se, inclusive, que o MPD possa ver quebrada a disciplina de voto se insistir na sua proposta.

Não ao Estado laico

Entretanto, as propostas constitucionais da Igreja, que até há pouco circulavam em meios restritos, são agora

integralmente conhecidas: «A nova Constituição deve abandonar um determinado conceito de Estado laico, equivalente, ao fim e ao cabo, a Estado laicista. [...] Há que reconhecer que o Estado laicista sempre atentou contra a religião», diz o documento do Conselho Presbiterial cabo-verdiano, datado de Setembro do ano passado. Mas o texto principal, que em Setembro foi «recordado e re-examinado», teria sido entregue à Assembleia um ano antes, no contexto da revisão constitucional de transição. O Conselho Presbiterial declara que as suas propostas não foram então levadas em conta e que as reitera e aprofunda agora, impelido pelos «sinais encorajadores» de que será «entendido e reconhecido» o papel da Igreja no «desenvolvimento integral do homem».

Frisando embora que «o documento de 1990 está marcado por um contexto político e social que lhe conferia um ar de denúncia e de reivindicação», a Igreja limita-se a «aprofundar e acrescentar certos princípios menos explícitos» e dá corpo ao clamor pelo fim do Estado laico, advogando o fim das imunidades dos titulares de cargos políticos, a revogação da lei do aborto, o casamento monogâmico indissolúvel em que os ritos católicos tenham efeitos civis, o fim dos programas de controlo de nascimentos, a defesa da «moralidade pública» e do «ambiente» (marcado pela «busca do prazer; [...] ambiente também minado pela acção destruidora de clubes e 'boltes' suspeitos e certamente sem o devido controlo»), para além da reivindicação de que no preâmbulo da futura Constituição seja mencionado «o nome de Deus como Supremo Legislador».

Guiné-Bissau

PUBLICAÇÃO QUARTA-FEIRA, 23 MAIO 1992

“Nino” encetou o diálogo

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, encetou finalmente o diálogo com os líderes de diferentes grupos da oposição, com vista a marcar as eleições presidenciais e legislativas, que se espera possam decorrer dentro dos próximos 10 meses.

Os quatro dirigentes recebidos ontem, sucessivamente, defenderam a ideia de as legislativas serem antes das presidenciais, como aliás aconteceu o ano passado em outros dois países africanos de língua oficial portuguesa: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mas o PAIGC, de que “Nino” Vieira é chefe, tinha apresentado uma proposta em sentido inverso.

Aristides Menezes, da Frente Democrática, Rafael Barbosa, da Frente Democrática Social, Domingos Fernandes Gomes, do Movimento Bafatá, e Vítor Mandinga, do Partido da Convergência Democrática, foram os primeiros dirigentes da oposição a terem a oportunidade de trocar impressões com o Chefe do Estado, num diálogo que se aguardava desde há meses.

No fim, foram quase unânimes em considerar

que “Nino”, por eles tantas vezes criticado, se mostrou desta feita um pouco maleável e susceptível de considerar as propostas apresentadas, no sentido de finalmente se conseguir democratizar o país.

Uma figura destacada da política guineense que entretanto ainda não foi ouvida nesta questão é o antigo primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, líder do Partido Unido Social Democrata (PUSD), que há seis semanas se encontra em Portugal, em busca de apoios.

Quanto a Domingos Fernandes Gomes, presidente do Movimento Bafatá, só na segunda-feira é que regressou a Bissau, depois de seis anos de exílio em Lisboa. Foi recebido em festa no aeroporto de Bissalanza por largas centenas de manifestantes, que ostentavam dísticos onde se lia “Para 1993 queremos um novo Governo e um novo Presidente” e “Viva a democracia”. Nas suas primeiras declarações à imprensa, aquele dirigente defendeu a necessidade de diálogo com todos “sem reservas e sem ressentimentos”.

José Artur Silva, em Bissau

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE MAIO DE 1992

CEGOC-Tea celebra contrato com Sonangol

A CBOOC-TEA celebrou um contrato de dois anos com a Sonangol (empresa angolana de petróleo) no âmbito da prestação de serviços de consultoria em recursos humanos. Até Março de 1994 a CBOOC participará, desta forma, no processo de reestruturação que se encontra em curso na empresa angolana, o qual deverá abranger todos os seus quadros e dirigentes. «Tornar o sistema de gestão de recursos humanos mais eficaz; acompanhar e apoiar os projectos de desenvolvimento dos RH em curso e formar os trabalhadores da Sonangol, no terreno», constitui, de acordo com uma fonte da CBOOC, o principal objectivo a desenvolver pela empresa portuguesa.



TERÇA-FEIRA, 19 MAIO 1992

Isabel vai a Bissau

A SECRETÁRIA de Estado da Modernização Administrativa, Isabel Corté Real, chega a Bissau no dia 24 para uma visita oficial, a convite das autoridades guineenses. Isabel Corté Real manterá reuniões de trabalho com os ministros guineenses da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho, Pedro Godinho Gomes, e da Educação e Cultura, Alexandre Furtado. A secretária de Estado portuguesa será ainda recebida pelo Presidente Nino Vieira e pelo primeiro-ministro Carlos Correia, estando prevista uma conferência de imprensa no dia 29.

As crises institucionais

por NC Mascarenhas

Em S. Tomé e Príncipe há um novo Primeiro-Ministro, Norberto Costa Alegre, nomeado recentemente pelo Presidente Miguel Trovoada, naquilo que talvez venha a ser o fim de uma crise institucional que se vive naquele país insular. Uma crise originada pelas diferentes interpretações do texto constitucional, no concernente às competências e poderes dos órgãos governativos. A crise atingiu o seu auge com a demissão do Governo chefiado pelo então Primeiro-Ministro Daniel Dalo.

Em Cabo Verde, apesar de não se ter chegado ainda a um ponto de retorno, a crise parece iminente. Rever ou fazer uma nova Constituição, eis o que se discute.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Apesar de contestado por alguns círculos políticos são-tomenses, como por exemplo o MLSTP-PSD, na oposição, Norberto Costa Alegre é o novo Primeiro-Ministro, e especulou-se ao longo da semana, que agora finda, que grande parte dos elementos do anterior governo poderiam fazer parte do novo executivo, a ser chefiado por Costa Alegre.

Mas esta nomeação será o ponto final da crise institucional, que se vive em S. Tomé? Costa Alegre acredita que sim, a concluir pelas suas declarações, numa entrevista concedida à BBC, logo após a sua nomeação: A minha nomeação é de facto uma ruptura, na medida em que tudo faz, enquanto Chefe de Governo, para estabelecer uma livre diálogo com os outros órgãos da soberania, com as outras forças políticas (...).

Se o diálogo preconizado pela actual Primeiro-Ministro se tornar uma realidade, talvez se venha a desanuviar o pesado ambiente que se vive, devido à disputa de poderes, disputa que chegou a tal ponto que São Tomé e Príncipe se viu na necessidade de convidar constitucionais

portugueses, Vítor Moreira e Marques Guedes, para discutirem a questão. Os dois constitucionalistas trabalharam com uma comissão de juristas são-tomenses, no sentido de clarificarem as atribuições consagradas pela Constituição, ao Governo e ao Presidente da República, especialmente em matéria de política externa, defesa e segurança nacional.

Só que, nos primeiros debates entre os constitucionalistas portugueses e a comissão de juristas são-tomenses, saiu reforçada a posição do Presidente Miguel Trovoada, em desfavor do ex-Primeiro-Ministro Daniel Dalo. No entanto, ignora-se o que será feito da opinião dos constitucionalistas portugueses, uma vez que só um órgão nacional pode decidir sobre o dilema de que opção o Presidente ao Governo e esta seria função do Conselho Constitucional, estrutura que ainda não existe em São Tomé e Príncipe.

Tudo isto aconteceu cerca de 15 dias depois de o Presidente Miguel Trovoada ter demitido o Governo chefiado pelo Primeiro-Ministro Daniel Dalo, não obstante o executivo ter continuado com poderes para gerir negócios públicos, conforme anunciava na altura, uma nota do Gabinete de Trovoada, distribuída à imprensa.

No entanto, o Governo de Dalo sustentava que a sua condição de gestor não lhe permitia dar resposta a alguns compromissos internacionais, como por exemplo o cumprimento das medidas correctivas do ajustamento estrutural, a importação de bens de consumo e medicamentos e a preparação da visita do Papa João Paulo II.

A Presidência da República não gostou desta posição do Governo demitido, pois considera que o Governo do Partido da Convergência Democrática — Grupo de Reflexão-PCD-GR — está a explorar, "com fins políticos, o sentimento religioso da esmagadora maioria do povo são-tomense, que aguarda

com ansiedade e devoção" a visita do Papa, marcada para Junho próximo.

É tarefa do FCD-GR formar um novo Governo, já que lhe é reconhecida a sua legitimidade e a maioria no Parlamento são-tomense. Recorda-se que o FCD-GR conquistou a maioria de votos nas primeiras eleições multipartidárias em S. Tomé e Príncipe, realizadas a 20 de Janeiro do ano passado.

Não obstante o reconhecimento da legitimidade do Partido no poder pela Presidência, o anúncio da demissão do Primeiro-Ministro Daniel Dalo e do seu gabinete, foi recebido com bastante optimismo por parte de alguns sectores da vida política são-tomense. Olgário Tiny, Ministro da Justiça, classificou a demissão do Primeiro-Ministro como sendo um golpe de estado institucional, e não hesitou em compará-lo ao que se passou no Peru.

Para o grupo parlamentar do Partido no poder, o decreto presidencial que demitiu o Governo de Dalo não tem valor jurídico, uma vez que, segundo o seu líder, o jurista Filinto Costa Alegre, não há nada no texto constitucional que dê ao Presidente da República o poder de demitir o Governo.

Conforme é do domínio público, a demissão do executivo chefiado por Dalo, aconteceu depois de uma vaga de manifestações populares anti-governamentais. Apesar de o Presidente recusar que tenha sido movido por essas manifestações, tudo leva a crer que elas tiveram um peso considerável na decisão da Presidência. Acessadas pelas impopulares medidas de reajustamento económico, as populações acusam o Governo de ter aplicado o programa do FMI e do Banco Mundial, que se tornou responsável pela degradação económica e pela queda do seu poder de compra.

Mas é interessante recordar as acusações surgidas aquando das primeiras manifestações: fontes do executivo são-tomense dizem que os rumores postos a circular, até pela imprensa estrangeira,

sobre a possibilidade de um golpe de estado contra o Presidente, haviam sido fabricados pelos aliados deste. As mesmas fontes acrescentaram estar na posse de dados que apontavam para a participação do Presidente na preparação das manifestações. As mesmas fontes acusaram os promotores das manifestações de estarem fortemente ligados ao partido CODO, na oposição.

Enquanto isto, o MLSTP-PSD, o primeiro partido a governar São Tomé e Príncipe no pós-independência e hoje na oposição, capitalizava a situação. Carlos Graça, Secretário-Geral do MLSTP-PSD, afirmava: Independentemente da verdade ou interesses partidários, o que conta é a vontade popular. Se se verificar que a queda do Governo é reclamada pela maioria do povo, então eu acho que esse Governo deve cair.

O Governo efectivamente caiu e Costa Alegre é agora o novo "menda-chuva". Mas será que conseguirá trazer novas alegrias ao povo são-tomense, desiludido com o primeiro Governo eleito no sistema multipartidário?

CABO VERDE

Aquí também as coisas não andam bem. Passam cerca de vinte dias desde que o Movimento para a Democracia, MPD, o partido no poder, apresentou para debate público o seu antiprojecto constitucional, que deverá ser aprovado em Junho próximo.

Apesar de não haver grandes entusiasmos por parte da população, há uma grande adesão nos princípios que irão nortear a carta magna cabo-verdiana, e nela os cidadãos passam a ter uma série de direitos e garantias que caracterizam, hoje em dia, qualquer estado moderno e democrático.

O debate está a ser caracterizado por dois grandes temas, que são os poderes do Presidente da República e a independência dos tribunais.

Mas há outra questão que polariza as atenções e esta centra-se na identificação do processo em curso: trata-se de uma revisão constitucional ou de uma nova Constituição?

O interessante é que, neste debate e até podemos dizer confronto, não está a dar-se entre os intervenientes mais lóg-

cos, ou seja, os partidos MPD, no poder, e o PAICV, na oposição. O confronto dá-se, sim, entre o MPD e o Presidente da República.

O MPD considera que se trata de um novo texto constitucional, uma nova Constituição, enquanto que o Presidente defende que se trata de uma revisão.

Será apenas uma questão de conceitos?

Para a sua posição, o MPD argumenta que as eleições de Janeiro de 1991 provaram que o Povo não quer mais nada com o regime anterior, ou algo que dele tenha sobrado, entenda-se a Constituição. Mas Mascarenhas Monteiro contra-argumenta que a transição política em Cabo Verde decorreu no âmbito da lei, pelo que não houve nenhuma subversão institucional e, assim, não se pode falar de uma nova ordem constitucional, mas sim em revisão.

Alguns observadores consideram que os deputados vão fazer uma revisão constitucional, só que esta pode ser de tal ordem que venha a dotar o país de uma nova Constituição.

Se a ideia de uma nova Constituição prevalecer, o MPD pretende que o Presidente deixe de ter um papel demasiado interventivo. Com a nova Constituição, o Presidente veria vários dos seus poderes condicionados. Por exemplo, só poderia dissolver o Parlamento ou demitir o governo com a autorização do Primeiro-Ministro. Em suma, seria apenas mais um cortador de fitas oficial.

O relacionamento entre Carlos Veigas e Mascarenhas Monteiro já não é o mesmo de outros tempos, apesar de ambos, publicamente, pretenderem garantir que, mesmo com as suas diferenças, não está em perspectiva uma crise institucional.

No meio destas problemáticas, quem provavelmente estará em vantagem é a oposição. Além, diz-se que no jogo político o papel mais fácil é precisamente o da oposição. As crises são-tomenses e cabo-verdianas talvez sirvam de alerta para os países que estão a dar os seus primeiros passos na via da democracia multipartidária. As novas gerações de políticos emergentes têm falta de experiência de governação e, particularmente, de governação num sistema multipartidário. A democracia pode ser bonita, mas é preciso saber exercê-la.

«Corrupção ataca aos mais altos níveis»

EXPRESSO
23 DE MAIO DE 1992

Vitor Mandinga, que abandonou o PAIGC e se tornou líder do Partido da Convergência Democrática, é um sério candidato a primeiro-ministro no quadro emergente das eleições a disputar no final do ano. Nasceu em Bafatá e estudou em Portugal, licenciando-se em Economia, em Lisboa. Estagiou no Banco de Portugal antes de ingressar no Banco Central da Guiné-Bissau, onde privilegiou o fortalecimento das relações da instituição com o Banco Mundial. Trocou tudo por uma carreira empresarial que o levou à presidência da Câmara de Comércio, participando ainda na administração do único banco privado da Guiné-Bissau. Falou ao EXPRESSO, em Lisboa, sobre a corrupção que assola o país, mas também se referiu às decisões económicas que urge tomar para que a sociedade guineense se regenere e seja possível aplicar as medidas de saneamento que, em seu entender, a levarão a uma situação socioeconómica mais equilibrada.

EXPRESSO — Os partidos guineenses da oposição têm-se reunido no Fórum Democrático. Como o define?

VITOR MANDINGA — É uma criação das formações legalizadas, sendo do PCD a iniciativa da proposta. Trata-se da unidade da oposição ao PAIGC. Os acontecimentos dos últimos meses, nomeadamente manifestações, conseguindo desmascarar a verdadeira natureza do poder e a sua apregoadada abertura, demonstram a nossa força.

EXP. — Uma estrutura como o Fórum é viável?

V. M. — A unidade da oposição tem sido demonstrada. Agora lutaremos por questões concretas, como as datas dos actos eleitorais e a ordem da sua realização, que não podem ser definidas pelo PAIGC sem auscultar a oposição. O Fórum enviou à Assembleia Nacional uma proposta de formação de uma comissão nacional de eleições, bem como de revisão constitucional, nomeadamente no que respeita à estrutura e órgãos do poder de Estado. Exigimos também a extinção da polícia política e a reformulação da Lei da Nacionalidade, que, tal como é proposta pelo Governo, exclui muitos cidadãos ao exigir descendência totalmente guineense de mais de duas gerações. Ora, não se podem pôr de lado os dois critérios aceites internacionalmente para estes casos: solo e sangue.

Corrupção campeia

EXP. — Qual é o principal obstáculo à recuperação da economia guineense?

V. M. — Sem dúvida que é a corrupção. Ela é de tal ordem que ataca aos mais altos níveis a nossa estrutura económica, nomeadamente no sector financeiro do Estado.

EXP. — Que medidas devem ser tomadas para moralizar as finanças públicas?

V. M. — Para um saneamento da situação há que instalar Tribunais de Contas, simultaneamente à criação de um corpo de inspectores superiores do Estado, muito bem pagos e integrados numa estrutura independente e bastante funcional.

EXP. — Uma equipa de incorruptíveis contra tudo e contra todos, acima de qualquer suspeita. Isso é possível?

V. M. — Com um Estado tão pequeno consegue-se ter um número reduzido de profissionais desses. Se fôssemos 100 milhões de habitantes teríamos problemas porque essa estrutura seria demasiado pesada e naturalmente mais vulnerável. Assim, a transparência de um conjunto de inspectores é francamente coisa acessível.

EXP. — Quais as áreas mais atingidas pela corrupção?

V. M. — Os maiores escândalos dão-

se na área da realização de projectos. Nos diversos contratos, como os contratos para empreitadas, é onde as pessoas metem mais a mão. Depois, os projectos acabam por ficar interrompidos a meio, exigindo mais investimento. A corrupção também é significativa a nível de empresas do Estado, através de contratos de fornecimento, etc. Mas há outras jogadas, embora menos importantes.

EXP. — O que é que propõe para acabar com esse estado de coisas?

V. M. — Vejamos o caso dos projectos. Eles são muitas vezes iniciativas vitais para o desenvolvimento nacional. Assim sendo, deveriam ser aprovados a nível da Assembleia, o que dificultaria qualquer tentativa de adulteração dos dados. Simultaneamente, há que constituir uma comissão da própria Assembleia que tenha a última palavra quanto às adjudicações. Não deve ser o primeiro-ministro ou o Presidente, ou qualquer outra personalidade, mas uma estrutura suprapartidária como emanção do órgão legislativo, com possibilidades de questionar sobre determinadas adjudicações. Nestas condições, com o controlo dos partidos que estarão presentes na Assembleia pós-eleitoral, reduz-se ao mínimo a possibilidade de actos de corrupção.

Programa de emergência e redução dos quadros

EXP. — Tem estado a insistir numa ideia de dinâmica de vitória. Admitindo que se torna primeiro-ministro, quais as suas medidas de saneamento económico?

V. M. — Pretendemos garantir de imediato dois programas. Um de emergência, coerente com o segundo, de reajustamento estrutural. Este último tem de estar conscientemente integrado num programa de médio e longo prazo claramente definido. Não participaremos em nenhum programa de reajustamento estrutural em que não possamos dar a certeza por quanto tempo se arrastará e para onde deve dirigir-se. Não se pode entrar num ciclo ininterrupto de programas que se substituem sem nada inovar, sob pena de estarmos a contribuir para a aniquilamento final da nossa economia.

EXP. — Trata-se de uma decisão política, mais do que económica. Com que meios económicos vai contar?

V. M. — Não podemos estar à espera de mobilizar fundos do exterior para o fazer, na certeza, porém, de que os fundos do exterior irão chegar no momento certo para nos apoiar. Antes, temos de ser capazes de convencer os guineenses de que somos a nossa própria alternativa.

Como? Enquanto não se pegar a dimensão do aparelho de Estado guineense e reduzi-lo exclusivamente à dimensão capaz de ser suportada pela nossa econo-

nia, nenhum programa de reajustamento estrutural poderá dar resultados.

EXP. — Está a aludir a despedimentos?

V. M. — Não pode ser visto assim. Primeiro há que, entre uma população de um milhão, convencer 900 mil guineenses de que é preciso aconselhar os outros 100 mil de que o país pertence a todos. É ainda necessário assegurar esses 100 mil de que não se trata de abandoná-los à sua

sorte. Não se trata de despedi-los mas sim de reduzir, de um modo consensual e eficaz, cerca de 80 por cento da dimensão actual da rede administrativa. Uma vez tomada a decisão, contamos utilizar o apoio externo já não para programas que apenas visam manter em funcionamento uma máquina de Estado desproporcionada, mas para outros dirigidos à política de reinserção de antigos membros da Administração, da sua reciclagem e relançamento em actividades privadas. São 30 mil funcionários em 40 estruturas ministeriais. Ora, com 10 ministérios e cerca de 3 a 5 mil funcionários a máquina burocrática funcionaria melhor. Os outros 24 a 25 mil funcionários — aqui enumerados em sentido lato, recebendo salários directamente do Estado, quer na Administração, quer nas Forças Armadas e polícias, quer no PAIGC — são realmente excedentários (os 100 a 150 mil são o número calculado pela média da família guineense, integrando assim os seus dependentes).

EXP. — Não é um risco ficar à espera de apoio estrangeiro para tal?

V. M. — Todos sabemos que a medida terá de ser tomada e temos que informar disso o povo guineense. Tal não quer dizer pôr na rua as pessoas no sentido tradicional do «agora safa-te». Temos de explicar-lhes que não podem continuar nos quadros do Estado e que têm de aprender a trabalhar por si só. Mas também têm de sentir o incentivo e os resultados, a rentabilidade desse passo.

Grandes reformas, pequenas empresas

EXP. — Acaba de limpar a Administração. E as outras medidas?

V. M. — Há mais. Uma política monetária mais coerente, sem se colocar a questão de nos integrarmos na zona do escudo ou na do franco, ou na da unidade de conta oeste-africana. Trata-se de uma componente interessante que teremos de analisar mas que por si só não resolve

nada. É preciso também que do lado do primeiro governo da II República, a sair das próximas eleições, haja atenção em desenvolver certas capacidades a nível da indústria artesanal, a nível da pequena micro-empresa, nomeadamente das mulheres. Há que explorar essas condições, incrementando medidas que as favoreçam, na base de um controlo democrático da afectação dos recursos públicos.

EXP. — A legislação existente satisfaz-vos?

V. M. — De maneira nenhuma. Eis um aspecto bastante contemplado no nosso plano de emergência, através da reforma imediata do sistema fiscal e da melhoria de legislação definindo as diferentes categorias dos agentes económicos. Sem esses aspectos equacionados não podemos desenvolver outros pontos do mesmo plano, como a contenção da inflação, a estabilidade cambial, o aumento das receitas de importação e a diminuição das despesas em divisas para as importações. Há que legislar também na área específica das privatizações.

EXP. — Tem estado em contacto com instituições e personalidades de diversos países. Como reagem às suas sugestões?

V. M. — De uma forma geral, bem. Mas o peso das relações anteriormente estabelecidas no quadro de um país de partido único continuam a fazer-se sentir, através de relutâncias descabidas e pouco progressistas.

EXP. — Acha que a classe política portuguesa vem percebendo as transformações na Guiné-Bissau?

V. M. — O PAIGC e o seu Governo têm-se relacionado com Portugal de uma forma, diria, cínica. Temos orgulho em pertencermos a um espaço lusófono, e não admitimos que tal seja apenas pretexto para sacar mais apoios do Banco de Portugal, mais linhas de crédito do Ministério das Finanças português. É uma questão de História, não um mero instrumento do oportunismo. Convém que se saiba que se o discurso do PAIGC em português é amável para com o povo português, já utiliza outro, muito mais duro, quando dele fala às populações em crioulo ou balanta...

EXP. — Diria que a posição portuguesa tem sido tacticamente pragmática?

V. M. — Temos ouvido com insistência, do Governo português como do PS, a opinião de que Nino Vieira é o garante de uma transição estável. Não estamos de acordo, nem nos parece que seja uma opinião abalizada. Durante muito tempo, Lisboa limitou-se às relações institucionais saídas do quadro das independências, mas tem de compenetrar-se de que essa época terminou e que também tem de acompanhar a evolução histórica dos nossos países, fomentando, de uma vez por todas, uma política mais aberta e actualizada.

António Loja Neves

Incidente do «Katina P»

AMOSAPU propõe criação de uma comissão de emergência

A Associação Moçambicana de Saúde Pública, AMOSAPU, propõe a criação de uma Comissão Permanente de Emergência, constituída por técnicos especializados e dotada de todos os meios necessários para uma acção rápida, na sequência do incidente recentemente ocorrido na costa sul do país, com o encalhe do petroleiro grego «Katina P».

A proposta vem inserida num comunicado enviado à nossa Redacção, contendo deliberações da AMOSAPU, saídas da sua sessão extraordinária.

Entre outras deliberações, aquela organização confiou na acção do Governo o aprofundamento das circunstâncias que envolveram o encalhe do petroleiro grego na costa moçambicana e na exigência de uma rigorosa e transparente atribuição de responsabilidades, se tal se justificar.

O comunicado chama ainda a atenção para a necessidade de um estudo, tão exacto quanto possível, das consequências presentes e futuras do derrame de «fuel oil» nas águas moçambicanas.

A AMOSAPU lembra também a urgência de que se reverte a revisão da legislação actual, de modo a evitar que, para além da poluição marítima, outras acções continuem a pôr em risco a saúde e a vida da população.

As circunstâncias que rodearam o encalhe do «Katina P» nas águas territoriais do país e o seu afundamento posterior fora delas, sem acompanhamento de um representante do Governo moçambicano, no acto do reboque, são aspectos importantes de um processo estranho e confuso, que convém ser esclarecido em todos os seus pormenores, refere o comunicado.

domingo, 17 de Maio de 1992

EUA nas conversações de paz de Moçambique

PÚBLICO 22 MAIO 1992

OS ESTADOS Unidos vão envolver-se formalmente nas conversações de paz de Moçambique, para pôr fim ao último e esquecido conflito regional de África, uma guerra civil que há mais de uma década tem devastado uma das mais pobres nações do mundo.

Na próxima sessão de negociações entre o Governo e os rebeldes moçambicanos, os EUA deverão estar presentes como observadores oficiais, disseram autoridades americanas. As conversações deveriam ter-se realizado em Roma, na semana passada, mas os mediadores da Igreja Católica não dirigiram nenhum convite. A próxima reunião está prevista para o fim deste mês ou início de Junho.

O Presidente Joaquim Chissano considerou "muito importante" um encontro, no dia 25 de Abril, na capital do Malawi, entre o secretário de Estado adjunto americano Herman Cohen e o líder rebelde Afonso Dhlakama, porque acelerou a procura de uma solução final.

Chissano disse que Cohen persuadiu Dhlakama a iniciar a discussão de um cessar-fogo e outras questões militares, incluindo a formação de um novo Exército nacional composto por militares do Governo e da Renamo.

Os mediadores italianos planeariam também convidar Portugal, a França e a Grã-Bretanha, para participarem como observadores, um gesto que diminuiria a influência da Igreja, mas que poderia apressar uma solução para este ano.

Chissano, funcionários da ONU e outros observadores em Maputo atribuem parte dos progressos ao impacto que a pior seca de que há memória exerceu sobre os guerrilheiros da Resistência Nacional Moçambicana. A falta de alimentos

e de água tem sido sentida em quase todos os seus redutos nas províncias do sul e centro.

Uma teoria que circula aqui é de que a seca será o detonador da paz, exercendo mais pressões do que a diplomacia americana sobre as partes beligerantes para alcançar um acordo.

Milhares de camponeses estão a abandonar as áreas controladas pela Renamo à procura de alimentos, água e segurança em povoações sob domínio do Governo e em corredores protegidos pelo Exército do Zimbábue, ao longo do rio Limpopo, e na estrada e caminho-de-ferro entre o porto da Beira e a fronteira zimbabueana.

[...] A Renamo foi organizada em meados dos anos 70 pelo Exército branco da antiga Rodésia, e ganhou notoriedade pelas atrocidades e massacres de civis, documentados pelo Relatório Gersony de 1988 ao Departamento de Estado americano.

Alguns grupos privados de direita nos EUA têm enviado alguma ajuda à Renamo, mas os rebeldes nunca receberam oficialmente apoio político e militar dos EUA.

Chissano atribuiu a Washington o crédito de ter juntado ambas as partes, dizendo que uma "posição americana" em sete pontos forneceu a base para a primeira sessão de conversações, em Junho de 1990, em Roma.

No entanto, desde então, Washington tem feito pouco em comparação com os oito anos da sua campanha diplomática para pôr fim à guerra civil em Angola, levada a cabo pelo então secretário de Estado adjunto Chester Crocker, em cooperação com a URSS. ■

David B. Ottaway,
em Maputo
Exclusivo PÚBLICO/
The Washington Post

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE MAIO DE 1992

Chissano e Dhlakama:

encontro à vista

O PRESIDENTE de Moçambique, Joaquim Chissano, poderá vir a encontrar-se, no próximo mês, em Lisboa, com o líder da guerrilha moçambicana, Afonso Dhlakama, sob o patrocínio de Durão Barroso — disse ao EXPRESSO uma fonte social-democrata. O encontro realizar-se-á durante a prevista visita de Chissano a Portugal e poderia impulsionar o encerramento das negociações de paz em Moçambique.

PÚBLICO 22 MAIO 1992

Morreu um artífice da paz moçambicana

AS SUAS últimas palavras foram: "Não se preocupem comigo, porque estou em paz." Manuel Carreira das Neves, 56 anos, padre franciscano da Ordem dos Frades Menores, morreu quarta-feira pelas 22 horas, depois de uma vida de bastidores dedicada à causa da paz — concretamente, nas conversações para a paz em Moçambique — e de alguns meses de sucessivas crises cardíacas, que acabaram por ser a causa da sua morte.

A PIDE, polícia política do regime de Salazar, esteve na origem dos problemas de saúde de Manuel Carreira das Neves. Depois de ordenado padre em Julho de 1961, partiu para a cidade da Beira, em Moçambique, onde foi pároco durante 12 anos, fundou a Rádio Pax e um centro social. Privilegiou a inculturação do cristianismo e iniciativas múltiplas em favor da paz. "Por isso mesmo, sofreu bastantes vezes da parte da polícia política, que lhe acarretaram problemas de coração, que estão na origem da sua doença permanente", diz a biografia distribuída agora pela Ordem Franciscana.

Nascido em 8 de Fevereiro de 1936, em Souto, Carangue-

jeira, Leiria, Manuel Carreira das Neves professara na Ordem Franciscana — onde tem mais dois irmãos, os padres Artur e Joaquim — a 24 de Outubro de 1957. Chegou a ser proposto para bispo da Beira, o que não se concretizou por razões de saúde. Fez cursos de Teologia nos Estados Unidos, foi pároco em Carnide (Lisboa) e, de novo, estudante em Roma, onde se doutorou com uma tese sobre São Francisco e a Paz.

Através do Centro Internacional para a Paz, de Assis — ao qual estava ligado, pelo Centro de Franciscanismo, que dirigia em Leiria — Carreira das Neves acabou por influenciar o início das conversações para a paz em Moçambique, incentivando contactos de bastidores entre as facções beligerantes.

Depois de uma primeira crise em Janeiro último, o seu estado de saúde agravou-se nas vésperas da realização do Congresso Internacional "Fátima e a Paz" — entre 8 e 12 deste mês — a cuja comissão organizadora presidia. O funeral sai hoje, às 11 horas, do Convento da Portela, em Leiria, para Souto, Caranguejeira, sua terra natal. A paz, horizonte da sua vida, foi a atitude na morte. ■

António Marujo

SEGUNDA-FEIRA, 25 MAIO 1992

PÚBLICO

SANTOS TEIXEIRA EM MOÇAMBIQUE

Santos Teixeira, presidente da Império, já deve estar a pensar em quem será o futuro dono da seguradora. Mas, até à privatização, os negócios da empresa continuam. A maior seguradora portuguesa, associada à Marconi e à

Portugal Previdente, vai deter 50 por cento de uma nova companhia de seguros que irá actuar em Moçambique. As restantes acções da empresa moçambicana ficarão na posse de capitais originários daquele país. ■

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 21 MAIO 1992

S. Tomé pede ajuda à AR

A ASSEMBLEIA Popular de São Tomé pediu ao Parlamento português o envio de um deputado constituinte para ajudar à interpretação da Constituição daquele país. "Procurase, por esta via, demarcar com maior objectividade os contornos dos poderes judiciais atribuídos a cada órgão e encontrar pela via do diálogo e concertação os mecanismos para remover os obstáculos que hoje formam as relações institucionais entre Presidente da República e Governo", lê-se na carta dirigida pelo Parlamento de São Tomé

ao Presidente da Assembleia da República. PSD e PS manifestaram-se favoráveis à iniciativa, tendo Jaime Gama sugerido que, em vez de ir apenas um deputado, tal como é pedido por São Tomé, fossem dois — procurando maior "equilíbrio" da representação portuguesa. O PCP exprimiu divergências no envio de um deputado, considerando que isto poderia configurar um "pedido de mediação", logo "uma ingerência" nos assuntos de outro Estado. Barbosa de Melo ouviu as posições dos partidos (à excepção do CDS, que, entretanto, já não estava presente quando o assunto caiu na mesa) e ficou de averiguar se o pedido era feito "em nome do Estado" e subscrito "pelas duas partes" da questão. ■

Defender os interesses básicos

PÚBLICO

DOMINGO, 24 MAIO 1982

Hélio Costa Santos

Enquanto em Portugal, no sector da Educação, se luta por algo que ultrapassa as meras condições salariais e de trabalho, em Moçambique e no Brasil, o essencial é deixar o professor de algum estatuto social e fazer com que ele seja remunerado satisfatoriamente. Esta é opinião de dois sindicalistas daqueles países que visitaram Portugal.

Depois de contactar em com a realidade da Educação em Portugal e de tomarem consciência do actual estado do sindicalismo português nessa área, Alexandre Mate, da Organização Nacional de Professores (ONP), de Moçambique, e Roberto Felício, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), do Brasil, chegaram à conclusão que aqueles dois países vivem ainda uma fase quase primitiva de sindicalismo, devido à falta de condições de vida e de trabalho proporcionadas aos professores.

De acordo com as palavras de Alexandre Mate — professor de Antropologia na Universidade de Letras Eduardo Modlane e secretário para o ensino superior da ONP —, em Moçambique o principal problema do ensino primário e secundário é a enorme falta de material didáctico. O ensino superior é o beneficiado do sistema, pois nos últimos tempos o Governo tem actuado no sentido de evitar o esvaziamento da Universidade, contrariando as "fugas de quadros superiores que procuravam empregos em projectos financiados por organizações não governamentais estrangeiras".

Perante esta situação e tendo em conta que o estatuto do professor moçambicano tem vindo a ser sujeito a um "esvaziamento de afirmação social", a principal luta da recém-criada ONP tem a ver

com um "enquadramento dos professores nas carreiras profissionais" e também com a reivindicação do "pagamento de salários que tinham sido decretados pelo Governo em Abril".

Greve remunerada

Com poucos apoios do Governo moçambicano, a ONP tem desenvolvido uma actividade que passa pela tentativa de informar ao máximo os professores e pelo recurso às greves. Neste ponto, Alexandre Mate salienta a inexperiência que caracteriza a luta sindical em Moçambique: "Os professores fizeram greve na cidade de Maputo, num período de 7 a 30 dias, e achavam que, num período de greve, deviam ser remunerados. Isso revela a ignorância dos princípios básicos de luta de um movimento sindical." Este é um dos aspectos que Alexandre Mate refere para caracterizar a "fase de estruturação" em que se encontra o movimento sindical moçambicano.

O principal motivo deste estado de coisas prende-se com o facto de só recentemente a ONP se ter instituído como um sindicato particular, "dependente de si próprio e desligado do Governo". Actualmente, a Organização congrega 18 mil, dos 35 mil, professores moçambicanos, de todos os graus de ensino. Aquele professor conta que "há anos existiram formas de organização sindical que eram forças dirigidas pelo próprio Estado para servir os seus interesses".

A ONP é o único sindicato particular que, em Moçambique, actua no sector da Educação e, mesmo assim, o secretário para o ensino superior entende que ainda há "muita relutância" e que "as entidades governamentais não sentem nos sindicatos a força necessária". No entanto, com o actual quadro de reformas políticas, Mate considera que é possível que "apareçam novas forças que se queiram organizar de uma maneira muito diferente das formas

que existem agora". A perspectiva mais provável é a de que, com o aparecimento do ensino privado, surjam associações que defendam os professores deste tipo de ensino. A este respeito, Alexandre Mate é optimista: "Quantas mais forças existirem, melhor. Talvez a luta seja outra!..."

Sindicalismo de Terceiro Mundo

No Brasil, o processo está já um pouco mais avançado, mas Roberto Felício — presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) — entende que ainda se trata de um "movimento sindical de um país de Terceiro Mundo". Enquanto noutros países as preocupações dos sindicatos prendem-se com questões que vão muito para além do problema monetário, no Brasil, o principal problema que se levanta é o da desigualdade dos salários dos professores de Estado para Estado. Como não existe um estatuto de carreira a nível nacional, há docentes que ganham o equivalente a três mil escudos, em alguns municípios, e outros que, noutras regiões, ganham dez vezes mais.

Paralelamente às "campanhas salariais", a CNTE está a desenvolver movimentos em defesa da escola pública. Aliás, neste sentido, o lema é significativo: "Querem apagar um direito seu. Não deixe." De acordo com Roberto Felício, "a escola pública brasileira está hoje ameaçada não só pelas condições materiais, que são muito precárias, mas também porque há um plano do Governo para privatizar". Neste momento, a principal preocupação da CNTE é, por um lado, a de proteger a escola pública — "porque é a escola dos filhos dos trabalhadores" — e, por outro, a de "construir uma sociedade democrática e mais justa".

Embora tenha raízes em 1963 — uma altura em que o sindicalismo "era voltado não para os interesses da classe trabalhadora, mas para os in-

teresses dos patrões e do Governo" —, a CNTE só foi formalizada em 1988 com a junção dos funcionários não docentes aos professores. Neste momento, a Confederação representa cerca de 700 mil associados, mas Roberto Felício explica que "o índice de filiação no Brasil varia muito de região para região, nalguns Estados chega a 80 por cento de sindicalização e noutros é de 20". A média nacional atinge os 50 por cento.

Quanto às relações que a CNTE estabelece com o actual Governo brasileiro, Roberto Felício entende que "é muito difícil sensibilizar as autoridades no Brasil através de manifestações que não sejam o recurso à greve". Daí que os professores brasileiros tenham recorrido com relativa frequência a greves associadas a passeios e a manifestações públicas.

São greves que duram entre 30 a 60 dias e em que quase nunca se verificam processos de negociação com o Governo. De acordo com aquele professor, em vários Estados brasileiros houve já confrontos com a polícia no decorrer dos processos de greve, tratando-se do resultado de um movimento sindical mais agressivo do que o português, até porque "as exigências no Brasil são muito mais dramáticas".